

AS REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE, RURAL-URBANO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: ANÁLISE DO PERÍODO ENTRE 1998 E 2012

LAS REPRESENTACIONES SOCIOESPACIALES DE LA RELACIÓN CAMPO-CIUDAD, RURAL-URBANO EN LA GEOGRAFIA AGRARIA BRASILEÑA: ANÁLISIS DEL PERÍODO ENTRE 1998 Y 2012

Artur Leonardo Andrade

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
leonardoxala@yahoo.com.br

Flamarion Dutra Alves

Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas
dutrasm@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho procura analisar as abordagens sobre a relação campo-cidade, rural-urbano na Geografia Agrária brasileira, tentando entender como esses estudos se desenvolveram e como se configuram atualmente. Para isso, procurou-se, por meio de contribuições de diversas áreas do conhecimento, debater o tema campo-cidade, revisando abordagens clássicas, assuntos e autores mais destacados, para, então, chegar aos recentes estudos publicados em revistas científicas de Geografia Agrária, já num período de pluralidade teórico-metodológica, iniciado na década de 1990. Os trabalhos atuais indicam a necessidade de uma revisão conceitual, com o objetivo de superar a análise dicotômica ou a ideia de urbanização do espaço rural.

Palavras-chave: Geografia Agrária. Relação Campo-Cidade. Rural-Urbano. Revistas Científicas.

Résumen

Este trabajo busca analizar los abordajes sobre la relación campo-ciudad, rural-urbano en la Geografía Agraria brasileña, intentando comprender cómo esos estudios se desarrollaron y cómo se configuran actualmente. Para eso, se ha buscado, por medio de contribuciones de diversas áreas del conocimiento, debatir el tema campo-ciudad, revisando abordajes clásicos, asuntos y autores más destacados, para, entonces, llegar a los recientes estudios publicados en revistas científicas de Geografía Agraria, ya en un periodo de pluralidad teórico-metodológica, empezado en la década de 1990. Los trabajos actuales indican la necesidad de una revisión conceptual, con el objetivo de superar el análisis dicotómico o la idea de urbanización del espacio rural.

Palabras-clave: Geografía Agraria. Relación Campo-Ciudad, Rural-Urbano. Revistas Científicas.

INTRODUÇÃO

A cidade e o campo, por séculos, foram compreendidos de forma dicotômica. O espaço rural era responsável pelas atividades agropecuárias, com a função de abastecer as cidades, enquanto isso, o espaço urbano era palco da produção industrial, do comércio e serviços. Isso se deve ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, que gerou enormes transformações socioespaciais, como a divisão territorial do trabalho.

Porém, nas últimas décadas, essa diferenciação dicotômica que coloca o rural como sinônimo de “atrasado” e o urbano como “moderno”, “desenvolvido” está cada vez mais insuficiente. Os contrastes entre o espaço rural e o urbano vêm desaparecendo, visto que muitas pessoas de alta renda vão para o campo, constroem segundas residências (sítios, chácaras), buscam em condomínios a segurança e a qualidade de vida que a cidade não oferece. O complexo agroindustrial leva transportes, serviços, informática e pesquisa avançada de centros universitários ao campo, atividades que, até o momento, caracterizavam as cidades.

Por outro lado, o rural estende-se na periferia das cidades, abriga populações de baixa renda, muitas vezes com atividades agrícolas. O homem do campo tem acesso à informação ao mesmo tempo do homem da cidade, graças à rádio, televisão, complexificando ainda mais o espaço geográfico.

Nunca antes as atividades não agrícolas foram tão presentes no campo, o que faz muitos pesquisadores defender que o espaço rural desapareceu, urbanizou-se. Contudo, outros autores acreditam que o espaço rural sofre interferências do urbano, mas isso é insuficiente para eliminá-lo. Assim, o rural ganha um novo significado no contexto atual, mas segue como elemento fundamental para se entender a realidade.

Com esses desafios em mente, procura-se revisar as abordagens sobre a questão campo-cidade, rural-urbano ao longo do desenvolvimento da Geografia, sem deixar de lado as contribuições de outras áreas do conhecimento, e, por fim, realizar uma análise atual sobre o tema, utilizando as publicações em três importantes periódicos de Geografia Agrária: Revista Campo-Território (UFU), Revista Agrária (USP) e Revista NERA (UNESP – Presidente Prudente).

Dessa forma, a primeira seção abordará os procedimentos adotados na pesquisa, método e técnicas. Na segunda, procurou-se apresentar a discussão campo-cidade na Geografia, ressaltando o atual contexto espaço-temporal e a necessidade de se entender, com novos conceitos, as recentes relações entre os espaços rural e urbano.

A terceira seção foi reservada para as análises e discussões das recentes publicações em periódicos de Geografia Agrária, cujo tema principal é a questão campo-cidade e/ou rural-urbano.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa proposta foi feita em três etapas principais. Na primeira etapa foi realizada uma revisão dos estudos da relação campo-cidade, rural-urbano na Geografia Economia e Sociologia para interpretar as formas de relações entre esses espaços. No caso da Geografia, buscou-se apontar a evolução do tema na Geografia Agrária brasileira, os assuntos tratados e seus autores mais destacados.

A segunda etapa esteve reservada para a leitura de artigos publicados no período entre os anos de 1998 a 2012, que tratam da relação campo-cidade, rural-urbano, ruralidade-urbanidade. Os artigos foram selecionados em dois tipos de abordagem: teórico/conceitual e empírico/estudo de caso. Para isso, foram utilizados três periódicos brasileiros de Geografia Agrária: Revista Campo-Território (UFU) entre 2006-2012, Revista Agrária (USP) entre 2004-2010 e Revista NERA (UNESP – Presidente Prudente) entre 1998-2011:

Quadro 1 – Publicações sobre o debate campo-cidade e/ou rural-urbano nas revistas Agrária, Campo-Território e NERA.

ANO	AUTOR	TÍTULO	REVISTA
2004	SILVA, T. P	As Redefinições do “Rural”: breve abordagem	NERA
2004	PONTE, K. F.	(Re) Pensando o Conceito do Rural	NERA
2006	BARBAY, C.	Vers de Nouvelles Relations Ville-Campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux	NERA
2006	BEDIM, B. P.; TUBALDINI, M. A. S.	A Chegada do “Outsider” ao Rural-Paraíso: novos atores e relações sociais e econômicas no contexto turístico da Serra de Ibitipoca (MG)	Agrária
2006	MARQUES, M. I. M.	Entre o Campo e a Cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira	Agrária
2006	COUTO, E.	As Normas e o Mercado da Horticultura: a inserção dos agricultores de Ibiúna (SP) nos circuitos socioespaciais	Agrária

2006	MONDARDO, M. L.	A Relação Campo-Cidade no Município de Francisco Beltrão – Paraná – Brasil	Agrária
2006	FRABETTI, G. L.	Apontamentos para uma Abordagem Dialética das Relações Cidade-Campo: do modelo clássico aos novos desafios	Agrária
2006	GOLDFARB, Y.	Do Campo à Cidade, da Cidade ao Campo: o projeto Comunas da Terra e a Questão dos Sujeitos da Reforma Agrária	Agrária
2006	CASTRO, E.	O Campo e a Cidade na Reforma Agrária: uma análise do trabalho e do território	Agrária
2006	MARAFON, G.	Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense	Campo-Território
2006	RUA, J.	Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades	Campo-Território
2007	SUZUKI, J. C.	Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação	NERA
2007	SUZUKI, J. C.	Modernização, Território e Relação Campo-Cidade – Uma Outra Leitura da Modernização da Agricultura.	Agrária
2008	SILVA, R. R.	Campo e Cidade: uma experiência de interação – o distrito de Martinésia e a cidade de Uberlândia	Campo-Território
2008	CARNEIRO, P. A.	Desafios e Oportunidades no Contexto das Novas Ruralidades	Campo-Território
2008	MONDARDO, M. L.	Faces e Contra-Faces da Relação Campo-Cidade no Município de Francisco Beltrão/PR	Campo-Território
2008	CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K.	Ruralidades, Urbanidades e a Tecnicização do Rural no Contexto do Debate Cidade-Campo	Campo-Território
2008	ARAÚJO, F. A. V. et al.	Entre o Campo e a Cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG)	Campo-Território
2009	GÓMEZ, S.	RODRIGUES, V. L. G. S. Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social	NERA
2009	ARAÚJO, F. A. V.; SOARES, B. R.	Relação Cidade-Campo: desafios e perspectivas	Campo-Território
2010	LINDNER, M.; WANDSCHEER, E. A. R.	Manifestações das Ruralidades em Pequenos Municípios Gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana.	Campo-Território
2011	QUEIROZ NETO, E.; PIANA, M.; BERGAMASCO, S. M. P. P.	Faces do Brasil: múltiplas dimensões de ruralidades	Campo-Território
2012	MIRANDA, R. R.	Interfaces do Rural e do Urbano em Área de Colonização Antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)	Campo-Território

Elaboração: Autores.

Essas três revistas científicas representam bem a Geografia Agrária brasileira após os anos 1990, com grande diversidade temática e metodológica. Ao discutir a escala de análise na Geografia Agrária, Alves (2012) analisa as três revistas citadas acima e conclui que a maioria dos trabalhos publicados é de cunho local e regional.

Na última etapa, os resultados obtidos por meio da interpretação das publicações foram organizados em textos, quadros e gráfico, com o objetivo de facilitar a compreensão. Assim, a análise dos artigos foi feita por meio de palavras-chave e referências teóricas principais. Para isto, será utilizado o método de interpretação conhecido como hermenêutico, de acordo com Demo (2009), é um método especializado em examinar o sentido oculto dos textos.

AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Nesta seção, será desenvolvido o aporte teórico-conceitual da questão campo-cidade, ou seja, como a ciência geográfica interpreta esse fenômeno ao longo de sua trajetória e suas análises espaciais. A principal pretensão da seção é ressaltar a importância do tema e sua atualidade para os estudos geográficos no contexto em que vivemos.

A questão campo-cidade na Geografia

Em seu texto “A geografia e a sociedade”, Andrade (1994) considera a geografia, em linhas gerais, como uma ciência que estuda as relações sociedade/natureza e ressalta que essas relações não são estáticas, dificultando a definição precisa do objeto de estudo geográfico. Para o autor, ao estudar as interações entre a sociedade e a natureza, os geógrafos levam suas reflexões a diversas direções, pois são influenciados pelos interesses de seus países, classe social e formação ideológica.

Assim, Friedrich Ratzel, influenciado pelo contexto de consolidação da Alemanha no final do século XIX, defendeu o estabelecimento de um espaço vital, estudou os problemas das fronteiras políticas, entre outros. Já Paul Vidal de La Blache, no contexto do império colonial francês, enfatizou os problemas regionais e a análise dos gêneros de vida.

Destacam-se, nesse mesmo período, as contribuições do anarquista francês Élisée Reclus para o estudo das relações campo-cidade, rural-urbano. O livro *Élisée Reclus*, organizado por Andrade (1985), possui um capítulo denominado “O Problema Urbano” no qual Reclus aborda temas importantes, como as migrações (tanto de aventureiros quanto de excluídos do campo), crescimento urbano desordenado, o domínio da cidade em relação ao campo, poluição, entre outros. Para Reclus, os

problemas urbanos estão relacionados às condições do campo após sua inserção no capitalismo, o que poderia até provocar um movimento de refluxo, formando uma periferia próxima ao campo. Embora ignorada pelos geógrafos durante muitos anos, a obra de Élisée Reclus marcou o pensamento geográfico, mostrando-se bastante atual.

Os estudos sobre o espaço rural, urbano e suas relações acompanharam diversos primas epistemológicos das correntes do pensamento geográfico (tradicional, quantitativa, crítica e cultural), conforme aponta Alves (2011). Dessa forma, abordaremos a questão campo-cidade e rural-urbano de acordo com o desenvolvimento da Geografia e, conseqüentemente, da Geografia Agrária brasileira.

A Geografia Tradicional, com suas abordagens teórico-metodológicas baseadas na observação e no trabalho empírico-indutivo (ALVES, 2010), enfatizou o campo e a cidade a partir de análises de gêneros de vida, do habitat, sistemas agrícolas, economia urbana e as infraestruturas, dando pouca importância à integração dos espaços rural e urbano (ALVES, 2011).

Como resposta à insuficiência da análise tradicional, que pouco tinha de aplicabilidade, surge a Geografia Quantitativa, embora apresente uma continuidade com o pensamento anterior, mantendo o mesmo conteúdo de classe. A Geografia Quantitativa procurou utilizar o raciocínio dedutivo, trocou os aspectos visíveis pelos dados estatísticos, os elementos da paisagem por médias, índices, padrões, etc. Se desenvolve no período de urbanização intensa no Brasil, coloca a cidade no centro da relação com o campo e seus conceitos principais são: franja urbano-rural, suburbana e espaços periurbanos. (ALVES 2011; MARAFON e RIBEIRO, 2012; MORAES, 2005).

Logo depois, surge outra vertente de renovação do pensamento geográfico, a Geografia Crítica, de denúncias, com bases marxistas (MORAES, 2005), posicionando-se de forma crítica em relação às outras vertentes (tradicional e quantitativa). Sobre essa corrente, Alves (2010, p. 267) salienta:

Houve grandes conquistas na geografia agrária crítica, como a discussão dos efeitos contraditórios do capitalismo no campo brasileiro, bem como os efeitos negativos do processo modernizante na agricultura brasileira, ocorrido a partir da década de 1960. Essa reflexão das conseqüências das iniquidades econômicas e políticas no campo brasileiro para a sociedade, em especial os agricultores familiares / camponeses, foi de extrema importância no contexto acadêmico.

A partir da década de 1990, suas contribuições para a questão campo-cidade, rural-urbano, diversificaram-se bastante. É possível mencionar os estudos sobre as inter-relações dos espaços contínuos, a multifuncionalidade dos espaços rurais, ruralidades no urbano, cidades do agronegócio, entre outros (ALVES, 2011).

Partindo das quatro categorias do espaço geográfico (Estrutura, Processo, Forma e Função), propostas por Santos (2008a), Alves (2011, p. 13) sintetiza as características da relação campo-cidade de acordo com as escolas geográficas:

Quadro 2 – Sistematização das características dos estudos da relação campo-cidade nas escolas geográficas

Características / Escolas	Geografia Clássica	Geografia Teorética	Geografia Crítica
Forma e Função	Campo: Produção de alimentos. Cidade: Fixação dos serviços e indústria.	Campo: Produção de alimentos. Cidade: Fixação dos serviços e indústria.	Espaços com atividades Compostas/mistas – multifuncionalidade
Estrutura e Processo	Campo determina o ritmo das cidades.	Franja urbano-rural – periferias da cidade.	Espaços contínuos
Conceitos	Gêneros de vida; Habitat; Região; Paisagem.	Redes urbanas; Regionalização; Espaços periurbanos.	Rururbano; Novo Rural; Urbanidade; Ruralidades.
Temáticas	Imigração; Colonização; Ferrovias; Abastecimento.	Modernização do campo; urbanização.	Agronegócio; Pluriatividade; Multifuncionalidade; Agricultura urbana.

Fonte: Alves (2011, p.13).

Desse modo, a geografia foi mudando suas concepções teóricas e práticas sobre a relação campo-cidade assim com a evolução da sociedade, do meio natural com forte influência do campo para a cidade na Geografia Clássica até o meio técnico-científico-informacional, marcado por uma inversão das relações de poder (a cidade passa a comandar as ações e ditar o ritmo das transformações no campo).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista e as transformações socioespaciais

De acordo com Rúa (2006), a recriação do rural pelo capitalismo e as consequentes relações campo-cidade envolvem um tempo histórico amplo em que houve um deslocamento de poder do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, período de construção da hegemonia burguesa (fim do regime feudal, na Europa, ou, posteriormente, o fim do regime escravista no Brasil).

A consolidação do modo de produção capitalista, caracterizado pela industrialização e urbanização, não se dá de forma homogênea pelo mundo. No Brasil, esse período começa somente na década de 1930, durante o governo do Getúlio Vargas, quando a base da economia nacional passa de agroexportadora para urbano-industrial. Santos (2008b) destaca que entre 1940 e 1980 a população brasileira triplica, acompanhando o processo de urbanização e expansão da população mundial.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, começa outro momento importante de transformações socioespaciais, que só se afirma nos anos 1970 (também nos países subdesenvolvidos). Para Santos (1999), é a transição do meio técnico, marcado pela mecanização do espaço, para o meio técnico-científico-informacional, período em que vivemos, no qual os seus elementos principais (técnica, ciência e informação) não só criam novos processos vitais e novas espécies de animais e vegetais, como também estão na base da produção, utilização e funcionamento do espaço:

Essa união entre a técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A idéia de ciência, a idéia de tecnologia e a idéia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente [...] (SANTOS, 1999, p. 238).

O século XX também é marcado pela Segunda Revolução Agrícola, que tem seu auge na década de 1970, transformando a história da agricultura. Os avanços do setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas química, mecânica e genética foram fundamentais para a chamada Revolução Verde, que aumentou os índices de produtividade agrícola ao substituir o modelo de produção tradicional por um conjunto de práticas tecnológicas, nas quais se enquadram a utilização de vegetais

laboratorialmente modificados, que exigiam grandes quantidades de fertilizantes químicos, agrotóxicos, irrigação e motomecanização (EHLERS, 1999).

A Revolução Verde viabilizou a adoção dos sistemas monoculturais na Europa e nos Estados Unidos e, também, orientou alguns institutos de pesquisa e escolas de agronomia brasileiras, contribuindo para a modernização da agricultura deste país (EHLERS, 1999). Com a Revolução Verde o processo migratório do campo para a cidade se acelerou de forma rápida, sendo acompanhado por uma urbanização caótica e fortes impactos ambientais. Por isso, esse processo ficou conhecido como modernização conservadora.

É nesse contexto de modernização que aparecem, tanto no campo quanto na cidade, diversos trabalhos apontando para um “novo rural” brasileiro, principalmente com José Graziano da Silva:

Graziano da Silva (1996) tem sido um dos autores que mais tem enfatizado a existência de uma nova dinâmica no campo brasileiro, marcada fundamentalmente pela multiplicação de atividades não-agrícolas no meio rural. Em sua concepção estamos diante de um novo rural, na medida em que este não pode mais ser associado à atividade agrícola como tradicionalmente o fora [...]. Assim, estaria em curso um duplo processo de urbanização do campo brasileiro: uma expansão da lógica de produção tipicamente urbana para os setores modernizados da agricultura e a expansão de atividades tipicamente urbanas para as áreas onde a agricultura modernizada não se implantou. (ALENTEJANO, 2000, p. 100-101).

A proposição de Graziano da Silva é criticada por Alentejano (2000) por confundir as especificidades e contradições do processo de modernização, além de não identificar as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, apresentando-os como novidade.

Com a intensidade do desenvolvimento das infraestruturas (transporte e comunicação) no campo, as atividades não-agrícolas, a pluriatividade ganharam dimensões nunca antes vistas, embora não sejam novidades no espaço rural. Dessa maneira, as características que tradicionalmente diferenciaram o campo da cidade, como a baixa densidade populacional, a agropecuária como atividade econômica predominante, as relações particulares com o espaço, o modo de vida rural (tradicional),

entre outras, já não são suficientes para descrever o rural brasileiro, como bem apresentou Vale (2005).

A autora também ressaltou as contradições desse processo de modernização:

Contudo, há que se considerar a diversidade do campo brasileiro. Em determinadas regiões do País, impera mais do que nunca o “velho rural”, com características muitas vezes até feudais, sobretudo no que diz respeito à concentração fundiária. (VALE, 2005, p. 24).

O campo brasileiro apresenta esses contrastes do desenvolvimento técnico, favorecendo o processo de fragmentação da produção e dos espaços agrícolas. De acordo com Elias e Pequeno (2007), a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira segue a dinâmica do agronegócio globalizado, fortemente integrado à economia urbana, gerando novas relações entre campo e cidade.

Como consequência desse processo de modernização do espaço rural brasileiro, Elias e Pequeno (2007, p. 25) acreditam que muitos municípios tornaram-se mais urbanizados devido à expansão do agronegócio, passando a desempenhar novas funções, associadas às demandas produtivas de setores ligados à modernização da agricultura, formando, assim, as cidades do agronegócio:

As cidades próximas às áreas de realização do agronegócio tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais – denotando o que Milton Santos (1988, 1993, 1994, 1996, 2000) chamou de *cidade do campo*. Considerando nossos estudos atuais, acreditamos que podemos adaptar a noção de cidade do campo para *cidade do agronegócio* para classificar algumas cidades, locais e médias, do Brasil agrícola com áreas urbanas. (ELIAS ; PEQUENO, 2007, p. 26).

Desse modo, as ideias expostas nesta parte do texto evidenciam como o desenvolvimento do modo de produção capitalista aumenta a complexidade do espaço geográfico e, concomitantemente, das relações entre campo e cidade, rural e urbano. Entender a nova dinâmica socioespacial exige uma renovação conceitual, implicando grandes desafios às ciências sociais e humanas que procuram debater o tema.

Novas relações campo-cidade, rural-urbano no Brasil: possibilidades e desafios para a Geografia

Sabe-se que as questões da diversidade cultural dos povos, as relações entre a sociedade e a natureza, de forma geral, acompanharam o desenvolvimento da Geografia. Nesta parte do trabalho serão destacadas algumas abordagens que consideramos pertinentes aos estudos geográficos e, principalmente, aos estudos das interações entre o campo e a cidade, o rural e o urbano. Além disso, busca-se chamar a atenção para o papel fundamental que a Geografia pode ter para desenvolver o tema, já que ela permite enfatizar seus estudos tanto nos aspectos materiais quanto nos imateriais.

Entende-se que o espaço geográfico é uma dimensão fundadora do ser no mundo, mundo tanto material quanto imaterial (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2012). Ele é definido por Santos (1999, p. 62) como “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, o que pressupõe uma interação entre os objetos (utensílios, geossímbolos, natureza) e as práticas sociais, caracterizando o espaço como uma forma-conteúdo, um híbrido.

Assim, percebe-se que a realidade espacial é híbrida, sendo ao mesmo tempo material, imaterial e ideal. Isso nos permite ler o espaço a partir de suas variadas dimensões, como a cultural, política, econômica (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2012).

Com o intuito de aprofundar a análise das relações campo-cidade, rural-urbano no atual contexto brasileiro, ressalta-se as contribuições de Moreira (2005), para quem o fenômeno da cidade e do campo, no Brasil, seguiu o modelo universal, embora tenha uma forma histórica própria. Para ele:

Três são as formas históricas da relação cidade-campo enquanto modo de organização espacial das sociedades no tempo: cidade e campo numa sociedade de cultura rural; cidade e campo numa cultura de divisão territorial de trabalho; e cidade e campo numa sociedade de cultura urbana. (MOREIRA, 2005, p. 1).

Na primeira forma histórica, em linhas gerais, a cidade nasce num contexto de uma economia e sociedade de base rural, em que a terra é o meio de produção e dela deriva todas as formas de representação de mundo, ou seja, vêm do espaço rural todos os símbolos de referências de mundo dos homens. O homem e a natureza apresentam uma relação recíproca, de pertencimento.

Já na segunda forma, a divisão territorial do trabalho aparece como norma de organização da produção e das trocas, criando uma dicotomia entre o campo e a cidade, que se transformam em duas células fundamentais da divisão territorial. Assim, “[...] à cidade cabem as funções dos setores secundário e terciário e o campo as relacionadas ao primário [...]” (MOREIRA, 2005, p. 2).

A terceira forma histórica é marcada por um capitalismo avançado, que organiza o campo e cidade por meio da difusão dos meios de transporte, de comunicação e transmissão de energia. A indústria migra para áreas até então rurais, combina-se com a agricultura, formando a agroindústria e, praticamente, mergulha o campo e a cidade numa mesma cultura, a urbana.

Atento a essas transformações socioespaciais, Freyre (1982) traz ao Brasil, de forma pioneira, o conceito de “rurbano” e propõe um sentido mais amplo que sua aceção original. Para ele, rurbanização é:

Um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – a do Nordeste, por exemplo ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbanos; Daí o neologismo: rurbanos. (FREYRE, 1982, p. 57).

O autor citado defendia uma combinação de aparentes antagonismos (rural e urbano), combinação que, para ele, o Brasil vem apresentando desde o começo de sua existência, possuindo dupla vocação, a agrária e a urbana. A rurbanização seria uma espécie de terceira via, realizada como política pública, com o objetivo de conciliar as duas vocações:

O rurbanos seria o modelo de desenvolvimento que o Brasil assumiria para modernizar-se, incorporando especificidades de cada localidade brasileira, compondo um misto de modernidade e regionalismo. Para Gilberto Freyre, o Brasil não poderia se lançar ao mundo moderno perdendo de vista sua peculiar formação histórica, no qual cada região assumia um caráter específico, que o tornava singular. Freyre preocupava-se em dizer que o país, ao entrar em uma ordem global de desenvolvimento, deveria respeitar e assimilar a cultura local, em forma de regionalismo, abarcando para um novo padrão de modernidade os costumes antigos da região de forma que não agredisse e não descaracterizasse a sua população. (DUQUEVIZ, 2006, p. 75-76).

Por outro lado, Veiga (2004) analisa o critério adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e contribui de forma significativa para novos debates a respeito das relações campo-cidade, rural-urbano, pois contraria a ideia dominante de que a urbanização avança, sem muitos obstáculos, pelo território brasileiro. Para Veiga, existe um Brasil majoritariamente rural, escondido por levantamentos estatísticos que utilizam o perímetro urbano definido por lei em cada município:

Não existe país que conte mais cidades que o Brasil. Eram 5.507 há quase três anos, quando houve o último Censo demográfico. A menor, União da Serra, no nordeste gaúcho, tinha exatos 18 habitantes. E não é excrescência. Eram 90 as “cidades” com menos de 500 habitantes [...]. Seria mesmo uma cidade, lugar com tão poucos moradores? No resto do mundo não. (VEIGA, 2004, p. 28).

Como alternativa Veiga propõe a incorporação do critério da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que determina em 150 hab./km² o limite para definir as áreas urbanas. A proposta foi criticada por diversos autores, como Alentejano (2003), que encontra nela dois problemas fundamentais: ela desconsidera inúmeras áreas agrícolas que, pelo mesmo critério criticado, foram enquadradas como urbanas com o objetivo aumentar a arrecadação de impostos dos municípios e também ignora as especificidades brasileiras, pois busca uma transposição dos critérios da OCDE para o país.

Inspirados nos trabalhos da OCDE e nas contribuições de Veiga, Schneider e Blume (2004) propõem a metodologia Territorial Escalar Hierarquizada (TEH). Essa metodologia utiliza dois níveis hierárquico de análise: o local (municípios) e o regional (microrregiões geográficas do IBGE). Os municípios com densidade demográfica inferior a 80 hab./km² serão considerados Municípios Rurais, enquanto os de densidade demográfica maior ou igual a 80 hab./km² serão considerados Municípios Urbanos. Posteriormente, numa escala regional, utilizam-se três categorias para classificar as microrregiões em: microrregião essencialmente rural (onde mais de 50% da população regional habita unidades locais rurais), microrregião relativamente rural (onde há entre 15% e 50% da população regional vivendo em unidades locais rurais) e microrregião essencialmente urbana (com menos de 15% da população regional habitando unidades locais rurais).

Schneider e Blume (2004), ao aplicarem esta metodologia nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, encontram territórios onde predominam as ruralidades. Dessa maneira, 86,55% dos municípios gaúchos seriam classificados como rurais e somente 13,45% como urbanos, ao passo que 93,58% dos municípios paranaenses seriam considerados rurais e apenas 6,42% considerados urbanos. Para os autores:

Com base neste novo recorte, o rural passa a ser visualizado e a ter maior relevância quantitativa tanto pelo critério de tamanho da população como de superfície de área. Talvez este seja um dos primeiros passos para se reconhecer que o Brasil precisa repensar o papel do rural e da ruralidade. (SCHNEIDER; BLUME, 2004, p. 132).

Vale lembrar que o critério de urbanização formal, utilizado pelo IBGE, não compromete a realidade quando se trata do território fluminense, como apontaram Ribeiro e Cavalcanti (2012) em estudos baseados em indicadores de Dimensão Demográfica e de Grau de Urbanização. Com essa metodologia, concluiu-se que no ano 2000, o Rio de Janeiro apresentou uma taxa de urbanização de 84,4%, pouco distante dos resultados oficiais (96%) e mantendo-se como o estado com maior taxa de população urbana do Brasil.

Os trabalhos acadêmicos sobre a relação campo-cidade e/ou rural-urbano intensificam-se ao longo dos anos, sobretudo a partir da década de 1990. Muitos desses trabalhos questionam os referenciais estatísticos brasileiros e apontam novas tendências (ROSA ; FERREIRA, 2010). Outras análises defendem a ressignificação dos espaços rural e urbano, buscando o fim da visão dicotômica e novas reflexões. Com isso, é importante salientar as propostas de Rua (2005, 2006) e Alentejano (2003).

Rua (2006) acredita que os estudos das interações entre o urbano e rural seguem duas vertentes analíticas principais. A primeira vertente refere-se à ideia de “urbanização do rural”, ou seja, acredita que o rural desaparecerá com o tempo, transformando-se em urbano. A “urbanização do rural” também é relacionada com ideia de *continuum*, na qual existiriam estágios distintos de urbanização no território. Os autores que mais se enquadram nessa vertente são: Octavio Ianni, José Graziano da Silva, Milton Santos e Henri Lefèbvre, pois partem de formulações marxistas e marxianas, resultando em uma abordagem clássica (RUA, 2006).

A outra vertente, a que o autor mais se identifica, é chamada de “urbanização no rural” e acredita na manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo com o impacto do urbano. Entre os principais autores dessa vertente estão Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider, porque admitem a possibilidade de convivência da cultural rural e urbana, num mesmo espaço (RUA, 2006).

Contudo, Rua (2005) deixa claro que sua proposta é uma variante da segunda vertente analítica, chamando-a de “urbanidades no rural”. Para ele, as duas vertentes são insuficientes diante das complexidades do rural de hoje. Assim, o autor utiliza o território e a escala como conceitos fundamentais para analisar as transformações atuais no espaço rural (as urbanidades no rural).

A noção de urbanidades no rural distingue-se das vertentes em três aspectos principais. A primeira diferença aparece ao abordar as especificidades do rural, afastando-se da ênfase exagerada no rural e admitindo a dominância do urbano na relação (assimétrica) com o rural. Também se diferencia por acreditar em duas escalas de ação, uma mais ampla (urbanização difusa, ideológica e comportamental) e outra escala mais restrita (permitindo leituras particulares dos movimentos mais gerais, processado localmente). Enquanto a terceira diferença diz respeito às múltiplas territorialidades vivenciadas, em diferentes escalas, pelos atores sociais, dando origem a espaços híbridos, resultantes da interação entre o rural e o urbano (RUA, 2005).

Com isso, Rua (2006, p. 99) salienta:

Não se pode pensar o urbano e o rural, o local e o global, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas sócio-espaciais que obrigam a permanentes reconfigurações das escalas de ação. O território “urbanizado”, numa escala mais ampla, em geral, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Na escala local, essas representações também se fazem presentes nas relações assimétricas que aí, também, vigoram. Entretanto, é aí, que se processam os movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras daqueles movimentos mais gerais que marcam o espaço contemporâneo. O local e o geral/global aparecem integrados pelas escalas da ação.

Próximo da segunda vertente analítica está Alentejano (2003). O autor faz uma crítica à proposta de “urbanidades no rural” de Rua (2005), porque não atribui dinamismo próprio ao rural, permanecendo na vertente “urbanização do rural”, criticada pelo próprio autor.

Para Alentejano (2003), o sentido atual das discussões sobre a interação dos espaços rural e urbano nos levam a considerar que o rural foi ou está sendo sepultado pelo urbano ou então a acreditar que o rural e urbano sempre foram categorias inúteis para a análise. Portanto, é necessário buscar outra direção.

A terceira opção é acreditar que o rural ainda segue como elemento importante de descrição e explicação da realidade, embora seu significado tenha se alterado. O autor considera as dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra, indispensável para definir a natureza do rural:

Assim, independentemente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida (ALENTEJANO, 2003, p. 11).

Dessa forma, as diferenças entre o urbano e o rural estão na intensidade da territorialidade, sendo que o urbano apresenta relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, um vínculo local mais intenso.

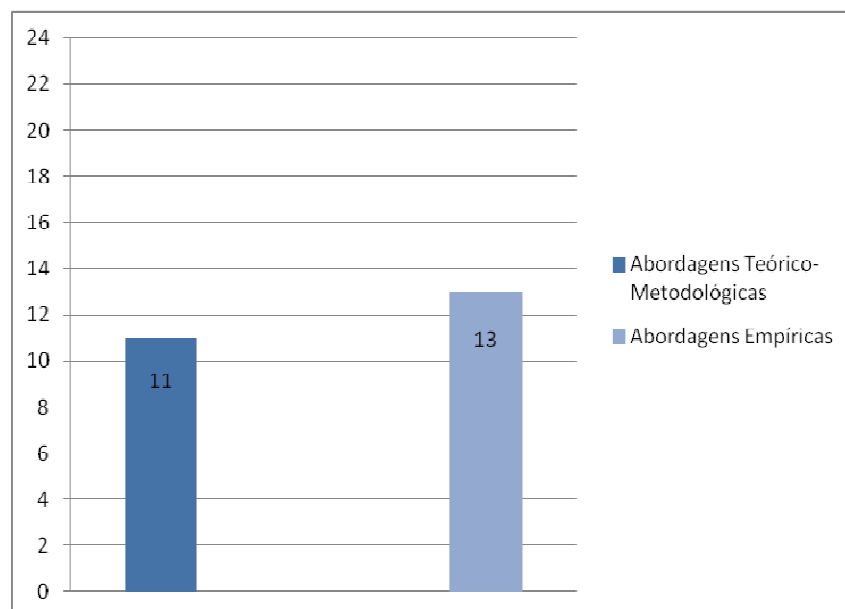
Mesmo com algumas divergências, as contribuições de Rua (2005) e Alentejano (2003) são extremamente significativas, podendo ser utilizadas em trabalhos que buscam evitar as análises dicotômicas e simplistas sobre as relações entre o campo e a cidade, o rural e o urbano.

AS PESQUISAS SOBRE CAMPO-CIDADE NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

A escolha do tema se faz pela crescente urbanização da sociedade brasileira, assim como a importância da interface entre campo e cidade. Por isso foi selecionado o período pós 1990, com as pesquisas recentes da geografia contemporânea.

Desse modo, foram analisados 23 artigos e uma resenha das revistas de Geografia Agrária: Revista Campo-Território (UFU) entre 2006-2012, Revista Agrária (USP) entre 2004-2010 e Revista NERA (UNESP – Presidente Prudente) entre 1998-2011, que tinham como intuito compreensão as relações campo-cidade, rural-urbano, ruralidade e urbanidade no espaço geográfico brasileiro. Para facilitar a análise e o entendimento, os artigos foram divididos em dois grupos principais de abordagens: as teórico-metodológicas e os estudos de caso (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição dos artigos consultados a partir dos grupos de abordagens



Como se vê, os trabalhos de cunho teórico-metodológicos e os empíricos possuem uma diferença quantitativa de pouca significância. Isso pode indicar uma preocupação dos autores com a revisão de conceitual, pois os estudos sobre o campo e a cidade foram, por um longo período, baseados em uma visão dicotômica.

Abordagens teórico-metodológicas

Encontramos em Suzuki (2007a, 2007b) uma proposta bastante pertinente aos estudos geográficos sobre o espaço rural e urbano. Para o autor, considerar que a modernização da agricultura brasileira começou em meados do século XX é um

equivoco historiográfico, pois a modernização da agricultura acontece desde que o homem iniciou a prática de cultivos e domesticação de animais. Assim:

Nos marcos da compreensão do que seja modernização da agricultura, envolvendo um conjunto de transformações na base técnica e nas formas de submissão do trabalho, o momento pós-guerra é a fase mais contundente das transformações na base técnica da agricultura e de alteração nas relações de trabalho, com intensificação do trabalho assalariado. (SUZUKI, 2007b, p. 93).

O mesmo autor chama a atenção para a necessidade de se superar as leituras quantitativas sobre o campo e a cidade, como as de Veiga e Graziano da Silva, estreitando, assim, os limites existentes entre os diversos ramos da Geografia. Também considera insuficiente, no atual contexto, a distinção entre o campo e cidade fundada na divisão do trabalho, principalmente pela expansão de atividades industriais para o campo.

Araújo e Soares (2009), ao fazerem uma reflexão sobre o campo e a cidade, enfatizam a necessidade de se considerar as dimensões sociais e culturais dos espaços rural e urbano. Os autores entendem que:

[...] o campo e a cidade não podem ser utilizados como sinônimos de rural e urbano, pois, apesar da dependência que se estabelece entre eles pelo fato de, teoricamente, o campo ser a base prática da manifestação do rural e, de forma semelhante, a cidade ser a base de manifestação do urbano, podemos incorrer a um erro ao realizarmos tal associação simplista. (ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 2007).

Outras importantes perspectivas de análise estão nos trabalhos de Frabetti (2006) e Marques (2006). Os autores encontram na teoria do desenvolvimento (geográfico) desigual do capitalismo os subsídios teóricos que permitem estudar a complexidade das relações campo-cidade, rural-urbano. Dessa forma, Marques (2006, p. 172) sintetiza:

[...] considerar a relação cidade-campo para compreender como se constituem os espaços rural e urbano, concebendo-os como constitutivos de uma totalidade dialética que os engloba. Totalidade que é determinada pelo capitalismo em seu movimento de reprodução ampliada, cuja unidade se forma na diversidade. De acordo com tal concepção, esses dois espaços constituem meios criados a partir de uma multiplicidade de relações sociais de alcance diferenciado estabelecidas entre indivíduos, grupos sociais e entre estes e a natureza, que dão origem a configurações sociais específicas, conhecidas como ruralidade e urbanidade.

Em Ponte (2004) encontramos argumentos que ressaltam a necessidade de se compreender o rural nesse novo contexto (metamorfoseado). A autora defende uma revisão conceitual para o estudo de um espaço rural com feições urbanas, sem denominá-lo urbanizado. Assim, concorda com outros autores ao dizer que para se entender o espaço rural “há de se considerar a terra como principal fator de estabelecimento dos tipos de relações econômicas, políticas e sociais da população do campo, ou seja, seu elemento definidor” (PONTE, 2004, p. 26).

O trabalho “Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades” de Rua (2006), já utilizado nos referências teóricas dessa pesquisa, também faz parte desse grupo de abordagens:

Neste trabalho pretende-se contribuir para o debate travado por alguns dos principais autores da teoria social crítica, que focalizam o tema das interações entre o urbano e o rural. Os elementos obtidos nas principais abordagens, sugerem que uma outra dialética pode conduzir-nos à ideia de “urbanidades no rural”, considerando-as como manifestações de territórios híbridos, nos quais urbano e rural interagem (RUA, 2006, p. 82).

Rua (2006) acredita que existe uma escala de urbanização que abarca todo o território, como Santos e Lefebvre defenderam, entretanto, há outras escalas, precisamente acontecimentos locais, resultantes de interações global-local, urbano/rural. Para contemplar essas interações, o autor defende uma vertente analítica que incorpora território e escala: as urbanidades no rural.

Outra contribuição para o debate sobre as urbanidades no rural é feita por Candiottto e Corrêa (2008). Os autores trabalham os conceitos de tecnicização do espaço, ruralidades e urbanidades, propondo uma reflexão, e uma unidade, a partir de autores com posições divergentes, como Milton Santos (tecnicização do espaço), Roberto José Moreira (ruralidades) e João Rua (urbanidades):

Essa nova dinâmica do espaço rural é significativa, pois o rural se tecniciza, levando ao crescimento de famílias rurais pluriativas [...]. Portanto, os conceitos de ruralidades e urbanidades, inseridos no debate em torno do rural contemporâneo procuram incorporar as novas dinâmicas presentes na configuração do espaço geográfico. (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 239-240).

Abordagens a partir de um estudo de caso

Esses tipos de abordagens são tão importantes quanto as do grupo anterior porque permite pensar a relação campo-cidade, rural-urbano a partir das particularidades do espaço geográfico.

Como ponto de partida, selecionamos trabalhos que tem como objetivo apresentar as influências da urbanização, ou urbanidades, no espaço rural. Nesse sentido, Marafon (2006) analisa a agricultura familiar e suas atividades (agrícolas e não-agrícolas) no território fluminense, dando ênfase ao papel do turismo rural:

A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e conseqüentemente o aumento da renda familiar. Porém esse processo ocorre nas áreas dos eixos de urbanização e próxima a RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades (MARAFON, 2006, p. 34).

Com o mesmo tema, Bedim e Tubaldini (2006) ressaltam as tensões e conflitos entre turistas (“forasteiros”) e a população rural (“nativos”) na Serra de Ibitipoca, em Minas Gerais. As transformações no espaço rural não devem ser atribuídas somente ao turismo, embora este contribua de forma significativa para acelerar esse processo no lugar enfatizado. Além disso, os autores acreditam que “Ibitipoca reproduz, assim, o futuro provável de outras pequenas localidades rurais brasileiras submetidas a processos de intervenção socioespaciais semelhantes” (BEDIM; TUBALDINI, 2006, p. 36). Todavia, essas alterações podem ser atenuadas, desde que haja um planejamento efetivo.

A maioria dos trabalhos reunidos nesse grupo de abordagens apresenta a interação entre o espaço rural com os centros urbanos mais próximos. Eles destacam as transformações ocorridas em assentamentos rurais, distritos, sub-regiões, etc. a partir da expansão de urbanidades, porém, elas são insuficientes para transformar o rural em urbano, não eliminam as ruralidades:

[...] refletir sobre a relação campo/cidade significa pensar sempre na interação, visto que não se pode dizer simplesmente que os valores da cidade invadiram o campo, é preciso ir além e perceber como esses valores estão, na verdade, interagindo o tempo todo no viver das pessoas, ou seja, valores urbanos passam a fazer parte da realidade do homem do campo, assim como valores rurais fazem parte da vida de moradores das cidades. (SILVA, 2008, p. 90).

Nesta mesma linha de raciocínio, Castro (2006) evidencia a relação entre os moradores do Assentamento Ipanema com os centros urbanos vizinhos (Iperó-SP e Sorocaba-SP). Nos relatos de muitos moradores percebeu-se que as cidades não eram visitadas com o intuito de desenvolver atividades culturais ou passeios, mas somente quando se necessitava de algum serviço especial. Essa relação entre o campo e a cidade provoca até um sentimento de topofobia. Para Castro (2006, p. 106) “a cidade é um símbolo de um modo de vida pelo qual a maioria passou e renunciou, preferindo viver e trabalhar no campo, na terra”.

Atenta a essas interações, Goldfarb (2006) estuda uma nova proposta de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Comunas da Terra, que “visa o assentamento de famílias provenientes de grandes centros urbanos do Estado de São Paulo em áreas rurais, próximas a estes centros” (GOLDFARB, 2006, p. 111). O projeto busca, dessa maneira, dar uma alternativa a uma população urbana sem acesso aos benefícios da cidade, criando um campo diferente, com elementos do urbano. Por fim, conclui que o projeto reflete uma necessidade de se construir novos espaços, pois os processos de espoliação estão tanto no campo quanto na cidade.

É possível estudar as interações entre o espaço rural e o urbano por meio de várias perspectivas. Por isso, merece destaque o trabalho de Lindner e Wandscheer (2010), que identifica, a partir de uma perspectiva cultural, as ruralidades presentes na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, onde os costumes rurais dos colonizadores são mantidos no modo de vida da população local, mesmo com a utilização dos serviços da cidade mais próxima (Santa Maria-RS).

Outra perspectiva encontrada é a econômica. A modernização da agricultura chega a alguns territórios do espaço rural brasileiro, modifica paisagens, relações sociais, técnicas tradicionais. Nota-se esse viés nos trabalhos de Miranda (2012) e Couto (2006). O primeiro discute as transformações no nordeste paraense, alterando as relações entre o campo e cidade e impondo uma nova lógica (urbana, de mercado) no espaço rural dos municípios de Igarapé-Açu-PA e Castanhal-PA. Enquanto isso, Couto (2006) discorre a respeito do espaço rural de Ibiúna-SP, que possui a função de abastecer a Região Metropolitana de São Paulo com produtos hortícolas. Para chegar

nessa função, houve uma absorção de novos conteúdos técnicos e científicos no campo, acompanhada por condições de trabalhos cada vez mais degradadas.

Com o intuito de sintetizar os resultados obtidos, procurou-se reunir algumas palavras-chave (conceitos, categorias de análise) e os principais autores citados no debate cidade-campo, rural-urbano (Quadro 3):

Quadro 3 – Síntese dos principais referenciais teóricos e conceitos utilizados na questão cidade-campo, rural-urbano na Geografia Agrária brasileira, entre 1998 e 2012

AUTORES	CONCEITOS / CATEGORIAS DE ANÁLISES
<p>José Graziano da Silva Ricardo Abramovay José de Souza Martins Milton Santos Henri Lefebvre Karl Marx Maria de Nazareth Wanderley José Eli da Veiga Maria José Carneiro Marta Inez Medeiros Marques Maria Isaura de Queiroz Roberto José Moreira João Rua Paulo Roberto Alentejano</p>	<p>Modernização da Agricultura Urbanização do Campo <i>Continuum</i> Técnica Novo Rural Território / Territorialidade (Nova) Ruralidade Urbanidade Global / Local Modos de Vida Terra</p>

Elaboração: Artur Leonardo Andrade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou claro que a discussão em torno da interação entre o campo e cidade, o rural e urbano, já se consolidou como um ramo de pesquisa da Geografia. Um exemplo disso é o quinto número da Revista Agrária, lançado em 2006, cujo tema foi “Relação Campo-Cidade”.

Em geral, os trabalhos publicados nas revistas apresentam grande diversidade teórico-metodológica e alta qualidade. A diversidade dos referenciais teóricos (Quadro 1) não permite uma classificação das pesquisas segundo as vertentes analíticas pensadas

por Rua (2006) porque os autores que teoricamente defendem a ideia de “urbanização do rural” ou “urbanização no rural” são utilizados com o intuito de se chegar a uma reflexão mais aprofundada e, muitas vezes, a um terceiro caminho, salvo algumas exceções.

Algumas contribuições pontuais são importantes para se aumentar as fontes de informações e os recursos analíticos da questão. Como os exemplos da leitura de jornais com o objetivo de compreender a forma como o espaço rural é percebido e divulgado a partir da cidade (SILVA, 2008), a riqueza de informações dos livros de autores clássicos da literatura nacional (QUEIROZ NETO; PIANA; BERGAMASCO, 2011) que, por muitas décadas, retrataram a realidade e as especificidades socioespaciais de um Brasil com poucas ou nenhuma universidade, ou seja, ainda sem uma estruturação do conhecimento socioespacial a partir de princípios científicos. Além disso, considera-se necessário a expansão do tema para os estudos de planejamento urbano, políticas públicas tanto para o espaço rural quanto o urbano. É necessário construir novas estratégias de desenvolvimento, superando o mito da urbanização do campo, como propôs Carneiro (2008).

O tema é instigante e tão debatido nos últimos anos que foram organizados em 2006 o Simpósio Nacional o Rural e Urbano no Brasil (SINARUB) em São Paulo, tendo outras duas edições no Rio de Janeiro (2008) e Porto Alegre (2011). Destaca-se também a presença da temática em eixos de vários encontros científicos como Encontro Nacional de Geografia Agrária, Simpósio Nacional de Geografia Urbana entre outros.

A necessidade de se buscar uma terceira via ou a defesa da permanência das ruralidades, mesmo com o impacto da urbanização no espaço rural, faz ressurgir um debate sobre conceito fundamental para a Geografia: a escala geográfica. Ela deve ser entendida livre do ponto de vista cartográfico:

[...] a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. (CASTRO, 2010, p. 136).

Por fim, concluímos a pesquisa com uma crítica positiva ao pluralismo teórico-metodológico dos trabalhos, característico da Geografia Agrária a partir da década de 1990. As análises reúnem autores da Antropologia, Economia, Sociologia, Geografia e, ainda, estreita os limites entre os campos de pesquisa da Geografia. O pensamento de Suzuki (2007, p. 148) mostra que a discussão é profícua:

O caminho é incerto, há mais de meio século o dilema interpretativo do que seja campo e cidade, bem como as suas metamorfoses e as relações entre estas duas realidades socioespaciais, está presente no seio dos estudos geográficos sem resolução, mas, vale frisar, todas as respostas são válidas, pois é a partir do erro que a ciência caminha.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, n. 21, p. 25-39, 2º sem. 2003.

ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ALVES, F. D. A questão campo-cidade na geografia brasileira: considerações teóricas sobre a produção científica em periódicos (1939-2009). In: SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL, 3., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 1-15.

ALVES, F. D. **Trajatória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009**. 2010. 350 f. Tese (Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ALVES, F. D. A escala de análise na geografia agrária: tendências das pesquisas brasileiras. **Territorium Terram**, São João del-Rei, v. 1, n. 1, p. 60-71, 2012. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/territorium_terram/article/viewFile/264/339. Acesso em: 20 jan. 2013.

ANDRADE, M. C. (Org). **Elisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

ANDRADE, M. C. **Uma geografia para o século XXI**. 4.ed. Campinas: Papyrus, 1994.

Araújo, F. A. V.; SOARES, B. R. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 201-229, fev. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11894>. Acesso em: 5 nov. 2012.

ARAÚJO, F. A. V. et al. Entre o campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 113-133, fev. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11857>. Acesso em: 5 nov. 2012.

BARBAY, C. Vers de Nouvelles Relations Ville-Campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux. **NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 9, p. 1-26, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/09/Barbay.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BEDIM, B. P.; TUBALDINI, M. A. S. A Chegada do “Outsider” ao Rural-Paraíso: novos atores e relações sociais e econômicas no contexto turístico da Serra de Ibitipoca (MG). **Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 3-39, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/105/105>. Acesso em: 7 nov. 2012.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11839>. Acesso em: 5 nov. 2012.

CARNEIRO, P. A. Desafios e oportunidades no contexto das novas ruralidades. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 3, n. 6, p. 45-65, ago. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11865>. Acesso em: 5 nov. 2012.

CASTRO, E. O Campo e a Cidade na Reforma Agrária: uma análise do trabalho e do território. **Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 87-108, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/108>. Acesso em: 7 nov. 2012.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 117-140.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Olhares Geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COUTO, E. As normas e o mercado da horticultura: a inserção dos agricultores de Ibiúna (SP) nos circuitos socioespaciais. **Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 40-64, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/106>. Acesso em: 7 nov. 2012.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUQUEVIZ, B. C. **A rurbanização como política social em Gilberto Freyre**. 2006. 104 f. Dissertação (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdade socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-39, maio, 2007. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/168>. Acesso em: 4 dez. 2012.

FRABETTI, G. L. Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade-campo: do modelo clássico aos novos desafios. **Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 139-169, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/110>. Acesso em: 7 nov. 2012.

FREYRE, G. **Rurbanização**: o que é? Recife: Massangana, 1982.
GOLDFARB, Y. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto Comunas da Terra e a Questão dos Sujeitos da Reforma Agrária. **Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 109-138, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/109>. Acesso em: 7 nov. 2012.

LINDNER, M.; WANDSCHEER, E. A. R. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 147-165, fev. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11960>. Acesso em: 5 nov. 2012.

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776>. Acesso em: 5 nov. 2012.

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. A Revista Brasileira de Geografia e sua contribuição aos estudos agrários no âmbito da Geografia Oficial Brasileira: 1940-2005. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA, 3 e 1, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p. 1-21.

MARQUES, M. I. M. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. **Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 170-185, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/111>. Acesso em: 7 nov. 2012.

MIRANDA, R. R. Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA). **Campo-Território**, Uberlândia, v. 7, n. 14, p. 1-36, ago. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/14638>. Acesso em: 20 dez. 2012.

MONDARDO, M. L. A Relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão – Paraná – Brasil. **Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 65-86, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/107>. Acesso em: 7 nov. 2012.

MONDARDO, M. L. Faces e contra-faces da relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão/PR. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 114-137, fev. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11849>. Acesso em: 5 nov. 2012.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 20 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. Campo e cidade no Brasil Contemporâneo. In: Interface das representações urbanas em tempos de globalização, 2005, Bauru. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/Conferencias/subindex.cfm?Referencia=3259&ID=221&ParamEnd=9>. Acesso em: 4 dez. 2012.

QUEIROZ NETO, E.; PIANA, M.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Faces do Brasil: múltiplas dimensões de ruralidades. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 131-160, fev. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12113>. Acesso em: 5 nov. 2012.

PONTE, K. F. (Re) Pensando o conceito do rural. **NERA**, Presidente Prudente, ano 7, n. 4, p. 20-28, jan./jul. 2004. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/02_Karina.pdf. Acesso em: 10 dez. 2012.

RIBEIRO, M. A.; CAVALCANTI, V. M. A. Tipologia dos municípios fluminenses: o urbano e o rural em questão. In: PACHECO, S. M. M. e MÔNICA, S. M. (Org.) **Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 144-157.

RODRIGUES, V. L. G. S. Urbanização e ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social. Brasília: MDA, 2009. 269 p. Resenha de: GÓMEZ, S. **NERA**, Presidente Prudente, ano 12, n. 15, p. 136-138, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/15/9_gomes_resenha_traduzida.pdf. Acesso em: 10 dez. 2012.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B., WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 187-204.

RUA, J. Resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, ano 2, n. 2, p. -66. 2005. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/81>. Acesso em: 4 dez. 2012.

RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-Território**, Uberlândia, v.1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781>. Acesso em: 5 nov. 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio Para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 109-135, jul./dez. 2004. Disponível em:
<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/105/0>. Acesso em: 6 dez. 2012.

SILVA, R. R. Campo e cidade: uma experiência de interação – o distrito de Martinésia e a cidade de Uberlândia. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 63-92, fev. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11844>. Acesso em: 5 nov. 2012.

SILVA, T. P. As Redefinições do “Rural”: breve abordagem. **NERA**, Presidente Prudente, ano 7, n. 4, p. 50-55, jan./jul. 2004. Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/05_Tania.pdf. Acesso em: 10 dez. 2012.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 10, p. 134-150, jan./jul. 2007. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/10/suzuki.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SUZUKI, J. C. Modernização, território e relação campo-cidade – uma outra leitura da modernização da agricultura. **Agrária**, São Paulo, n. 6, p. 83-95, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/117>. Acesso em: 7 nov. 2012.

VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 215 f. Tese (Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

VEIGA, J. E. Nem tudo é urbano. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 26-29, abr./jun. 2004.

Recebido em 26/05/2013 Aceito para publicação em 03/03/2014.
